

CONTRIBUIÇÃO PARA UMA REFLEXÃO: EDUCAÇÃO,
MULTILINGUÍSMO E UNIDADE NACIONAL

Ibrahima Djaló
Instituto Nacional de Es-
tudos e Pesquisa - INEP
Guiné-Bissau

Em Guisa de Introdução

O presente trabalho foi apresentado no 1º Colóquio Internacional sobre a "Formação da Nação nos Cinco", organizado pelo INEP, em Janeiro último.

Na página introdutória constava o seguinte esclarecimento:

- o nosso trabalho é apenas uma REFLEXÃO e pensamos que ele poderia con-
tribuir em algo quanto à problemática que nele se levanta e cuja comple-
xidade não ignoramos.

O 2º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, no qual partici-
parão certamente eminentes especialistas dos diferentes ramos da ciência da lin-
guagem, nos pareceu um lugar muito apropriado para expor as nossas imaturas refle-
xões para serem avaliadas, precisadas e/ou enriquecidas.

Bissau, Setembro 1986

Educação e Desenvolvimento

- Um baixo nível de rendimento per capita (ã volta de 200 US por habitante).
- Uma participação do sector industrial ou de manufactura na produção total ou PIB não superior aos 10%.
- Uma taxa de alfabetização não superior aos 20%.
- A maior parte da população dependente da agricultura, geralmente em regime de subsistência e dispendo de serviços de transporte e de comunicação deficientes.
- Por diversas razões, esses países não conseguiram em geral criar um sector de exportação que lhes permitisse sequer cobrir as suas importações.
- As disponibilidades em pessoal qualificado capaz de promover, organizar e administrar o processo de desenvolvimento, são extremamente reduzidas.
- Quanto às necessidades sociais, as populações desses países sofrem particularmente de má nutrição, de falta de água potável, e dispõem de instalações sanitárias e educativas rudimentares. As suas taxas de natalidade e de mortalidade são das mais elevadas do mundo.
- A maior parte desses países depende em grande parte da ajuda externa (para não dizer na sua totalidade), que é destinada a pagar as suas importações ou a reduzir o desequilíbrio da balança de pagamentos cronicamente deficitária.
- Eis alguns pontos, ainda incompletos, (2) da dolorosa lista já conhecida que há que ter sempre em conta quando se pretende falar de desenvolvimento dos chamados países do terceiro mundo, e da África em particular. Esses dados ilustram vivamente, de uma forma ou outra, a situação dos nossos países.

Mas como preconizar o desenvolvimento perante circunstâncias tão adversas como as que acabamos de citar?

Sempre se tem dito, e nós estamos de acordo, que o homem é o principal agente e o sujeito de toda a acção tendente ao desenvolvimento. Mas como atingir esse desenvolvimento nesta era da Revolução Científica-Técnica, se a maioria esmagadora dos agentes da transformação não possuem os mais elementares conhecimentos científicos e vivem nas profundidades do obscurantismo e da ignorância?

É face a essa situação que os nossos países, depois de se terem libertado das cadeias de um dos mais retrógrados colonialismos, são chamados a "inventar" uma estratégia para o seu desenvolvimento. Desenvolvimento esse que alguns poderão chamar paradoxal dada a realidade dos factos aos nossos olhos.

É verdade que a realidade que se nos apresenta só por si é suficiente para prever quanto será violenta a dualidade entre "necessidade" e "possibilidade". Mas, de que não são capazes os Povos quando as possibilidades de opção ficam reduzidas ao mínimo?

No fragor dessa luta de gigantes pela vida e para o progresso, que papel cabe à Educação em geral e à Alfabetização em particular? Mas vejamos primeiro o que entendemos por Alfabetização em relação à Educação e por Educação em relação ao Desenvolvimento.

Quando falamos de "Educação" não queremos apenas referir-nos à educação institucionalizada mas também à educação não institucionalizada. O que se chamou "Educação Permanente" e que alguém brilhantemente definiu como a "educação da infância, da adolescência, da juventude e da idade madura", (3) é dito de outra forma, a educação pré-escolar, escolar, extra-escolar, profissional, extra-profissional. (4)

Quanto à Alfabetização consideramo-la apenas como um dos elementos pertencentes a um dos subconjuntos que integram a Educação.

A Educação é um dos sectores do desenvolvimento Nacional, pelo que ninguém hoje deve ignorar a estreita relação existente entre a educação e o desenvolvimento económico e, conseqüentemente, o progresso social.

Dado o carácter controverso das definições do conceito "desenvolvimento", e para precisarmos a nossa opção, citaremos a definição dada pelo PAIGC no seu Terceiro Congresso: "(...) Se o progresso se fizer só em proveito de alguns pode haver modernização do país, pode haver crescimento económico mas não há desenvolvimento". (5) Antes ainda, no fragor do fogo da guerra que nos foi imposta, reconhecendo o perigo que o analfabetismo representaria para o posterior desenvolvimento e progresso do nosso Povo, Amílcar Cabral lançou a palavra de ordem: os que sabem devem ensinar aos que não sabem. Mais tarde o III Congresso do PAIGC recomendou: "... ao mesmo tempo que propomos escolarizar os nossos jovens, teremos que nos preocupar grandemente com a educação dos adultos, cuja percentagem de analfabetismo é da ordem de 70% em Cabo Verde e 90% na Guiné." E o mesmo ór-

ção supremo do Partido precisou ainda: "Mas a alfabetização, para nós, não consiste apenas na aquisição da técnica da leitura e da escrita. É também uma tomada de consciência política. Esta concepção da alfabetização significa que o processo não pára na mera aprendizagem da leitura e da escrita, deve, antes, continuar e aprofundar-se através da capacitação técnica de inserção na comunidade social. Ter-se-á de partir, pois, das realidades locais e das necessidades colectivas, pois só assim cada comunidade poderá fazer uma crítica dos seus problemas e ultrapassá-los dentro de um espírito colectivista" (6).

Com efeito, toda a forma de educação é considerada útil e motivante só quando responde às preocupações económicas e sociais, quer dizer, quando, por seu intermédio, se podem conseguir melhorias palpáveis em diferentes aspectos da vida dos participantes (alimentação, saúde, habitação, vestuário...), dito de outra forma, a satisfação das suas necessidades materiais e espirituais.

Vale a pena lembrar de novo que a alfabetização não é um fim, quer dizer, ninguém adquire as aptidões que ela proporciona com o único objectivo de as possuir. O valor dessas aptidões repousa no bom uso que delas se pode fazer. Estas aptidões (capacidades e habilidades) são instrumentos preciosos, somente quando utilizadas de forma prática e eficaz (7).

Se tomarmos as previsões calculadas a partir do Recenseamento de Abril de 1979, em 1986, a população da Guiné-Bissau será de 880 200 hts dos quais 455 600 constituirão a nossa população activa (14-64 anos). Isto representará 51,8% do total da população (7a.). Cálculos realizados a partir do mesmo Recenseamento estimam a população residente na zona rural à volta de 80% do total do país (8).

A agricultura é o sector prioritário para o nosso desenvolvimento económico. Quer isto dizer que, da sua prosperidade depende não só a indústria, mas também outras áreas sem a participação das quais o desenvolvimento coxearia sobre uma só perna.

Que impacto poderia a alfabetização ter no desenvolvimento, se da forma como foi concebida pelo III Congresso do PAIGC, nela fosse incorporada essa gigantesca força laboral, criadora de bens materiais da sociedade? Isto não só proporcionaria grandes benefícios ao nosso desenvolvimento económico, mas também constituiria um passo decisivo em direcção à Democratização da Educação.

Este procedimento constituiria uma forma prática de fazer com que o desenvolvimento não seja apenas sinónimo de crescimento económico. Isto quer

dizer, para que o progresso não se faça só em proveito de alguns, pois, contribuir para a elevação do nível cultural desses 80% da população, que na realidade são os principais produtores da riqueza nacional, é um verdadeiro acto de justiça social.

Portanto, no quadro de um Sistema Nacional de Educação para o desenvolvimento, seria mais vantajoso, tanto do ponto de vista ético-social como do ponto de vista de desenvolvimento económico, uma melhor articulação para uma posterior integração da educação formal e da educação não formal.

Talvez valha a pena lembrar que a Educação formal é definida como um "Sistema hierarquicamente estruturado, que compreende todos os estudos académicos estabelecidos para uma duração previamente determinada" (9).

A Educação não formal é quanto a ela "uma actividade educativa organizada fora do sistema formal e muitas vezes dirigida aos jovens desescolarizados ou não escolarizados e aos adultos analfabetos" (10).

A necessidade da articulação para uma posterior integração destes dois sistemas educativos provém, para além dos motivos supracitados (democratização da educação e o desenvolvimento económico), das seguintes razões:

- A educação formal tem por principal tarefa a escolarização para uma preparação dos quadros de que amanhã necessitaremos para promover, organizar e administrar o processo de desenvolvimento sócio-económico, ou seja o desenvolvimento nos próximos 10 ou 15 anos (pois para uma formação superior necessita-se pelo menos 15 anos de escolaridade e a formação média não menos de 13 anos.);
- A educação não formal é quanto a ela uma necessidade actual do desenvolvimento, ou pelo menos num futuro muito imediato. Assim, as actividades da não formal poderão ser consideradas como uma educação para a preparação, capacitação e formação dos que já estão ligados à produção, o que contribuiria muito para o aumento da produção através do aumento da produtividade.

Sabe-se que nas circunstâncias actuais, os sistemas da educação formal, com os seus estrangulamentos e limitações, estão longe de satisfazer todas as necessidades em educação e formação com vista ao desenvolvimento. Se a essa

realidade juntamos o problema da fonte de financiamento do sistema da educação formal, entender-se-á com mais clareza que para uma verdadeira educação para o desenvolvimento, o sistema formal não deve ser "absolutizado" em detrimento da educação não formal.

Do nosso ponto de vista, pretender preconizar uma educação para o desenvolvimento só com o sistema de educação formal, virando as costas à educação não formal, equivaleria a querer desenhar o futuro a partir do próprio futuro, quando na verdade, para que o futuro não seja um futuro hipotético, ele deve ser "esquemático" a partir do que sejamos capazes de realizar no presente. Pois o futuro está muito dependente do presente, isto é, para que o "amanhã" se ja possível tem que ter as suas premissas assentes no "hoje" que é real .

Contudo, a própria democratização da educação reside não só na articulação ou integração da Educação não formal com a formal. Além dessa integração, urge também a necessidade da utilização das línguas nacionais.

Educação e Língua no Ensino

Em relação à problemática da importância e das vantagens da utilização das línguas nacionais no processo do ensino/aprendizagem, poupar-nos-emos de abusar em explicações teóricas e abstractas, pois, já neste sentido, tudo, aliás quase tudo, foi dito e escrito pelos eminentes especialistas que realizam pesquisas na matéria.

Pensamos que a nossa modesta contribuição talvez pudesse ser de tentar exemplificar essas teorias para que a sua compreensão esteja ao alcance de todos nós, pois, ainda se encontra muita resistência (consciente ou inconscientemente) em aceitá-las, sobretudo nos meios intelectuais.

Se se aceitar que a linguagem é a envoltura material do pensamento, a língua materna, ou melhor a língua que a pessoa domina constitui o meio privilegiado de expressão e de comunicação, qual é o significado dessa teoria no processo de ensino/aprendizagem?

Como exemplo, tomamos duas pessoas "tecnicamente" analfabetas, quer

* Tecnicamente analfabeto: para diferenciar com o que se chamou "politicamente" alfabetizado.

dizer, que não sabem ler nem escrever em nenhuma língua. Imagina-se que uma destas pessoas só entende e fala crioulo.

Suponhamos agora que apresentamos a seguinte expressão mandinga às duas pessoas para, através dela, lhes ensinar a ler e escrever: "NTE MU SENELA LETI".

Para a pessoa que só entende e fala crioulo, ela tem que desenvolver-se de várias dificuldades ao mesmo tempo. A primeira é de saber o significado da expressão a seguir, reconhecer as "letras"^{**} que compõem a expressão ou frase, para depois aprender a escrevê-las, enquanto que a pessoa que só fala e entende mandinga, não tem as mesmas dificuldades. Senão vejamos: ela não tem o problema de compreender a mensagem porque domina a língua. A questão que se apresenta para ela não é de lhe ensinar a língua. Apenas precisa de conhecer e aprender a escrever as "letras" dessa frase ou expressão.

Para o "crio-falante", temos que lhe ensinar a língua e ensinar-lhe também a ler e escrever nessa língua.

É de salientar que, para que haja assimilação no processo do ensino/aprendizagem, primeiro tem que haver compreensão e esta última condicionada primeiro pela língua utilizada na comunicação entre a pessoa que transmite os conhecimentos e a pessoa que os recebe. Aliás, neste processo de aprendizagem, que a princípio pode parecer simples, entram em jogo diversos elementos psicológicos, tais como a memória (fixação, retenção ...), pensamento, motivação, atenção, emoção e outros cuja abordagem não se acha conveniente neste âmbito.

Em suma, o exemplo que acabamos de apresentar, do ponto de vista psico-pedagógico, o "mandingo-falante" tem todas as vantagens e facilidades no processo de aprendizagem em relação àquele que só entende e fala crioulo.

Mas, se existirem pessoas "letradas" em português, francês, espanhol, inglês ou em qualquer outra língua que se escreve com o alfabeto latino, que não ficaram satisfeitas com o exemplo dado a partir do "crio-falante" e do "mandingo-falante", convidá-lo-emos a tentar a experiência com o chinês, russo, árabe ou grego, línguas cuja grafia do alfabeto é do tipo latino. Mas que não saiba nem falar nem escrever nessas línguas e que convidassem um falante de uma dessas línguas para um "concurso" de aprendizagem. O concurso deve realizar-se num meio não favorável a um banho linguístico, quer dizer, fora das fronteiras do

^{**} Letras: aqui é tomado como a tradução gráfica do fonema.

país onde essa língua se fala. Qual dos dois poderia ser o mais favorecido no "concurso"?

Por outro lado, o nosso ponto de vista, quando se fala da utilização das línguas nacionais, isto não deve ser entendido como uma exclusão da língua oficial, aliás esta chamada de atenção sempre tem sido uma tônica dos que, guiados pelo realismo, não incluem o "extremismo" na arte da pesquisa científica.

Da BOA coexistência da língua oficial e das línguas nacionais, os beneficiados serão as comunidades ou sociedades que as falam e as próprias línguas em questão; pois intercomunicação e interdependência significam, nos nossos tempos, andar ao compasso da história.

Porém, vale a pena esclarecer também que ao tentar demonstrar a necessidade da utilização das línguas nacionais no processo do ensino/aprendizagem, não se trata de fazê-lo utilizando a língua étnica de cada cidadão do país, mas sim ensinar a cada um na língua que compreende e domina seja ela a sua língua materna ou não materna.

Vejamos o que significa isto tomando como exemplo a Guiné-Bissau.

Sempre partindo do Recenseamento de 1979, das línguas mais faladas, o balanta representa 25% da população do país, o fula 20%, o português 11%, o mandinga 10%, o manjaco 8% e o crioulo 44% (11).

Do nosso ponto de vista, estes dados não são suficientes para que à partida se optasse por uma(s) outra(s) língua(s). Vamos pois seguir os dados que fornece o Recenseamento.

Sabe-se igualmente que 30% da população são bilíngues e 12% trilingues (12).

Dos bilíngues, 26% da população são falantes do crioulo mais uma outra língua fora do português.

O bilinguismo crioulo-português é apenas de 2% do total da população e só 1,9% da população fala duas línguas nacionais fora do crioulo e do português (13).

Todavia faltam-nos outros dados para que a nossa opção seja feita a partir de critérios mais aceitáveis: os monolíngues, ou seja a percentagem da população que fala exclusivamente uma língua. Deles, 17% da população do país são falantes do fula, 15% do balanta, do mandinga 7%, do manjaco 5% e do crioulo 4% do total da população do país (14).

Portanto, o total da percentagem dos monolíngues, excluindo os do crioulo, é de 44%, cifra igual à da população falante do crioulo, pelo que 56% da população do país estariam excluídos da possibilidade de serem ensinados na língua que dominam, se optássemos apenas pelo crioulo. Destes 56%, 44% falam exclusivamente uma língua. Sendo assim, optar só pelo crioulo, não daria solução ao problema, mesmo se os critérios adoptados fossem de ordem quantitativa.

Que critérios poderiam então ajudar a solução do problema? Eles poderiam ser os seguintes:

- Optar pelas línguas mais faladas, mas cuja percentagem de monolíngues seja a mais elevada.
- Juntar o total dessa percentagem de monolíngues ao da língua que tenha mais falantes no total da população do país e que ao mesmo tempo tenha a maior percentagem de bilingues e/ou de trilingues.

A operação seria a seguinte:

- Línguas mais faladas mas com uma alta percentagem de monolíngues:

Fula	17%
Balanta	15%
Mandinga	7%
Manjaco	<u>5%</u>
TOTAL	<u>44%</u>

- Língua mais falada pelo total da população e com a mais elevada percentagem de bilingues e/ou trilingues:

Crioulo	<u>44%</u>
TOTAL GERAL	<u>88%</u>

Considerando que 88% da população (total geral) é já uma grande maio-

Nota: A população que fala exclusivamente o português é de 215 pessoas, ou seja 0,03% do total dos habitantes da Guiné. (15).

ria, a escolha do crioulo, balanta, fula, mandinga, e manjaco ao mesmo tempo, seria um grande passo para a solução da problemática das línguas nacionais no processo do ensino/aprendizagem. Essas línguas são as que foram propostas pelo DEA do MECID.

A unificação da transcrição dessas línguas é a actividade mais importante a seguir.

Línguas Nacionais e Unidade Nacional

Muitas vezes, nos países plurilíngues da África, ao colocar-se a questão de saber qual é a língua ou as línguas a escolher para serem utilizadas no ensino, a resposta leva muitos anos para ser dada e frequentemente com definições imprecisas. Há situações em que a pergunta nunca obteve resposta.

As hesitações são sempre devido às dúvidas que se têm em saber se esta escolha não prejudicaria o complexo processo da unidade nacional, pelo que, se devem optar, o fazem a favor de uma só língua em vez de duas ou mais, pensando assim que o monolinguismo é sinónimo de unidade nacional e o plurilinguismo um "inimigo" dessa unidade.

De facto a existência de uma língua única tem grandes vantagens em termos de intercomunicação entre os membros da sociedade, e no ensino ela daria uma contribuição valiosa, pois facilitaria não só as actividades da docência (dos professores e dos alunos), mas também permitiria a poupança de grandes recursos materiais e financeiros que se gastam em pesquisas linguísticas, pedagógico-metodológicas para a concepção de programas e a elaboração de materiais didácticos que são imensos quando se trata de várias línguas de ensino. Mas "desafortunadamente" o monolinguismo não é uma realidade dos nossos países.

Não obstante, o que nos pareceria perigoso seria tentar identificar monolinguismo com a unidade nacional ou opor o plurilinguismo à unidade nacional. Haverá necessidade de definir o que se entende neste caso por unidade nacional. Senão vejamos:

- Se monolinguismo pode ser considerado como sinónimo da unidade nacional, ou se o primeiro implica a segunda, como poderá ser demonstrado tal facto tomando como exemplo o Chile do Pinochet onde se fala uma única língua, espanhol?

- Será que é a língua árabe que une os palestínianos à volta da OLP? Em caso afirmativo, como se poderia explicar a situação de guerra civil no Líbano?

- Não nos parece que a língua espanhola tenha alguma relação com o problema que opõe os guerrilheiros e o governo no El Salvador; tão pouco nos parece que a língua alemã tenha a ver com a diferença de sistema político-social entre a RDA e a RFA. Poder-se-á falar da mesma maneira em relação às duas Coreias.

- Ainda, e para não nos situarmos só nos tempos "modernos", em 1536, a França optou pelo "Francien" que veio a ser mais tarde o francês, em substituição do latim e em detrimento de outros dialectos da língua OIL (O "francien" era um dos dialectos dessa mesma língua). No entanto, essa opção não impediu a Revolução burguesa de 1797 ou a de 1848, nem impediu a Comuna de Paris ou a sublevação de 1968, situação essa que é o reflexo das contradições ou do antagonismo na mesma sociedade ainda que fale a mesma língua.

- Quanto ao plurilinguismo e a unidade nacional, será que a diversidade de nacionalidade e de línguas faladas e escritas têm impedido em algo a unidade do povo soviético? Em que terá o trilinguismo praticado na Suíça comprometido a estabilidade reinante neste país?

- Em que medida estará envolvido o plurilinguismo no problema que opõe o MPLA e a UNITA? A mesma pergunta poder-se-ia fazer em relação à FRELIMO e à RENAMO ou entre o ANC e o Governo de Peter Botha.

- Por outro lado, terá a diversidade de línguas comprometido a União dos Estivadores do PINDJIGUITI nas suas justas reivindicações, em Agosto de 1959?

- A diversidade étnica, e consequentemente linguística, terá impedido a unidade do povo guineense no seio do PAIGC, na sua luta armada pela conquista da independência nacional?

Se se aceitasse a Nação como uma comunidade estável de homens que vivem num território, e que das suas necessidades de vida se estabelecem vínculos económicos, o estabelecimento desses vínculos exigindo logicamente a necessidade de se comunicarem uns com os outros (comunidade da língua ou de línguas), pode-se afirmar que a comunidade de vida económica é um traço sumamente importante, pois partir-se-á dele, e "no processo de desenvolvimento económico e político, se forma também a comunidade da psicologia destes homens, que se manifestam

nas tradições históricas da Nação, nas particularidades da sua cultura e vida".

Sendo assim, os nossos países são apenas nações em formação, nas quais surgem contradições ou mesmo antagonismos inerentes às sociedades onde emergiram essas nações.

Negar este facto seria tornar inconsistente a razão da justeza da luta dos nossos povos contra a dominação colonial, o que equivale a dizer que debaixo desse sistema que violentou a nossa história, se formou uma sociedade homogénea nas ex-colónias e que não existiu ou não existe diferença entre os membros das nossas sociedades, nem camadas sociais e muito menos de classes. Sendo assim, de onde provém então essa necessidade de unidade que tanto se reclama?

A unidade nacional é um requisito necessário para a consolidação e a estabilidade duma Nação. Pode haver Nação sem a unidade dos seus membros. Neste caso não se deverá pensar numa verdadeira consolidação ou estabilidade da Nação. Neste sentido quando se fala de progresso social, valerá a pena colocar a seguinte pergunta: Quem beneficiará do progresso nesta Nação sem unidade, e consequentemente não estável no verdadeiro sentido?

Feita esta pergunta, diríamos que, para que haja unidade para o progresso social dos membros que integram uma Nação, essa unidade deveria ser uma UNIDADE NACIONAL com vista a um PROJECTO POLÍTICO-SOCIAL. A unidade nacional concebida como um projecto político-social pressupõe uma convergência de interesse dos seus membros. É uma unidade à volta de objectivos económicos, sociais e culturais. A possibilidade de materialização destes objectivos só pode ser garantida por uma convergência de opções políticas e ideológicas dos membros engajados neste processo. A clareza das linhas de desenvolvimento económico, social e cultural, dada a partir da opção feita, facilitará a mobilização dos membros da sociedade, pois nelas estarão bem ilustrados os seus anseios.

Estes objectivos ao serem bem assimilados e defendidos através de acções correctas e consequentes encontrarão grande apoio das massas populares cujos interesses representam. Estas acções permitiriam também a incorporação de outras camadas até então hesitantes; hesitação essa não devida a divergência dos seus interesses com os preconizados pelo projecto social traçado, mas talvez pela falta de confiança que nele têm a princípio. Começará assim o engrossamento das fileiras dos interessados pelo projecto social. Serão eles,

motivados pela clareza do projecto e confiantes pelas acções correctas e consequentes que se realizam para a sua materialização, mobilização e enquadrados numa organização de vanguarda, os guardiões dessa gigantesca e complexa obra, pois o seu progresso e bem-estar, bem como o futuro dos seus filhos, dependerão dos frutos colhidos do projecto.

Após esta larga dissertação em relação ao problema da Nação e da unidade nacional, se incluímos a problemática das línguas anteriormente abordada, a título de resumo, o nosso ponto de vista é o seguinte:

Para nós a unidade numa Nação é entendida como prévio requisito à convergência de interesses económicos, político-ideológicos, sociais e culturais previamente estabelecidos.

Não se concebe a unidade nacional como uma simples soma de indivíduos, mesmo que vivam no mesmo território e que falem a mesma língua, quando os seus objectivos e interesses são diferentes, divergentes ou antagónicos, pelo que o monolinguismo não é sinónimo de unidade nacional. Não obstante, não se pode menosprezar a sua contribuição, com as facilidades que dá em qualquer sociedade (unida ou não) em termos de intercomunicação. Essa contribuição seria ainda mais importante e apreciada se se tratasse de uma sociedade (nacional ou multinacional) cujos membros tivessem objectivos e interesses comuns.

Por outro lado, o plurilinguismo não constitui barreiras à unidade nacional, como muitas vezes se supõe, pelo que não deve ser temido.

Na verdade, do nosso ponto de vista, o que de facto representa e pode representar grandes ameaças à unidade nacional, são as desigualdades sociais que se manifestam, por exemplo, através da não democratização da educação, das grandes disparidades e diferenças na distribuição da riqueza nacional, etc.

Quanto à língua, visto do ponto de vista histórico e/ou histórico concreto, ela sempre teve e tem como função principal - primária - a função comunicativa.

A unidade nacional, vista como um projecto social, encontra a sua realização na "liquidação da exploração do homem pelo homem e de todas as formas de sujeição da pessoa humana a interesses degradantes, em proveito de indivíduos, de grupos ou de classes". (16) Mas quantas serão as exigências para atingir essa meta? A primeira delas será de profundas mudanças na essência da natureza dos vínculos económicos que relacionam os membros da sociedade.

REFERÊNCIAS

- (2) - LOPES, Henri e CAO TRI, Hrynh - El Correo de la Unesco Octubre de 1981, página 5.
- (3) - Citado por RAMOS M., Lígia e DJALÓ, Ibrah - Quelques considérations sur la problématique de l'utilisation des langues maternelles et l'éducation des adultes en Afrique Occidentale. La Havane, Juin 1984 , página 39.
- (4) - RAMOS M., Lígia e DJALÓ, Ibrahima - Idem; ibidem
- (5) - PAIGC - Relatório do C.S.L. ao III Congresso do PAIGC. Bissau, 15-20/ /11/1977, página 58.
- (6) - PAIGC - Idem, página 118.
- (7) - RAMOS, M., Lígia e DJALÓ, Ibrah. - Idem, página 55.
- (8) - LEPRI, Jean-Pierre - La Guiné-Bissau en question(s). Essai d'analyse sociale, économique et sociologique. Ministère de l'Education Nationale. Bissau, Abril 1984. Página 10-11.
- (9) - Rapport Final - Session d'Études sur les Interactions du Formel et du Non Formel dans une Politique d'Education de Masse. Bamako (Mali) 7-9/5/84. Página 3.
- (10) - Rapport Final - Idem; página 4.
- (11) - LEPRI, Jean Pierre - Idem; página 13.
- (12) - LEPRI, Jean-Pierre - Idem; ibidem
- (13) - LEPRI, Jean-Pierre - Idem; ibidem
- (14) - LEPRI, Jean-Pierre - Idem; ibidem

- (15) - LEPRI, Jean-Pierre - Idem; *ibidem*
- (16) - PAIGC - 1º Congresso Extraordinário. Memória do Congresso. Bissau, 8-14/11/81. Página 142.

ABREVIATURAS:

- MECD: Ministério da Educação, Cultura e Desportos / Bissau.
- INFP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas / Bissau.
- DEA : Departamento de Educação de Adultos / MECD - Bissau.